

## ARTIGOS

# A MODERNIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 1970 E 1980 E A CRISE FUNDAMENTAL DO CAPITAL: UM EXAME A PARTIR DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO ÂMBITO DOS “GRANDES PROJETOS”

**Luiz Antônio Evangelista de Andrade<sup>1</sup>**  
Instituto Federal do Espírito Santo

Enviado em 11 set. 2020 | Aceito em 8 fev. 2021

**Resumo:** Os empreendimentos industriais chamados de “grandes projetos” são uma designação comum nas pesquisas acadêmicas e nos estudos produzidos pelas autarquias de planejamento econômico do Espírito Santo. Abordados como parte de um “novo ciclo de desenvolvimento” estadual mediante a atuação decisiva das esferas federal e estadual entre os anos 1970 e 1980, defendemos que os “grandes projetos” se inscrevem no que compreendemos ter sido a integração do Brasil e do Espírito Santo ao processo de modernização retardatária (KURZ, [1991] 1996). Assim sendo, nosso objetivo foi o de entender os fundamentos dessa modernização e de que modo ela alcançou a periferia do mundo e as espacialidades brasileira e espírito-santense. Para proceder a esse entendimento, direcionamos o foco sobre o setor de papel e celulose e a constituição da Aracruz Celulose, um dos principais empreendimentos dos “grandes projetos”.

**Palavras-chave:** “grandes projetos”; Aracruz Celulose; modernização; crise; capital fictício.

## THE MODERNIZATION OF ESPIRITO SANTO IN THE 1970'S AND 1980'S AND THE FUNDAMENTAL CRISIS OF CAPITAL: AN APPROACH STARTING FROM SECTOR OF PAPER AND CELLULOSE WITHIN THE SCOPE OF “LARGE-SCALE PROJECTS”

**Abstract:** The industrial enterprises called “large-scale projects” are a common designation in academic research and in studies produced by autarchies of economic planning of Espírito Santo. Approached as part of a “new term of development” of Espírito Santo through decisive action of State between the 1970's and 1980's, we defend that “large-scale projects” concerns what we understand have been the integration of Brazil and Espírito Santo into process of catch-up modernization (KURZ, [1991] 1996). Therefore, our objective was approached the foundations of this modernization and how it achieved the periphery of the world and the Brazilian and Espírito-santense spatialities. To proceed to this understanding, we focus the focus on the sector of paper and cellulose and the building of Aracruz Cellulose factory, an of main enterprise of “large-scale projects”.

**Keywords:** “large-scale projects”; Aracruz Cellulose factory; modernization; crisis; fictitious capital.

## LA MODERNIZACIÓN DE ESPÍRITO SANTO EN LOS AÑOS 1970 Y 1980 Y LA CRISIS FUNDAMENTAL DEL CAPITAL: UN EXAMEN DESDE EL SECTOR DEL PAPEL Y DE LA CELULOSA EN EL ÁMBITO DE LOS “GRANDES PROYECTOS”

**Resumen:** Las empresas industriales llamadas “grandes proyectos” son una denominación común en la investigación académica y en los estudios emprendidos por las autarquías de planificación económica en el estado de Espírito Santo (Brasil). Abordado como parte de un “nuevo ciclo de desarrollo” estatal a través de la acción decisiva del Estado, entre las décadas de 1970 y 1980, sostenemos que los “grandes proyectos” se refieren a lo que entendemos ha sido la integración de Brasil y Espírito Santo al proceso de modernización retrasada (KURZ, [1991] 1996). Así, nuestro objetivo es abordar los fundamentos de esta modernización y como ella llegó a la periferia del mundo en general y las espacialidades brasileñas y de Espírito Santo en particular. Para lograr este análisis nos enfocamos el sector de papel y celulosa y de la construcción de Aracruz Celulose, uno de los principales emprendimientos de los denominados “grandes proyectos”.

**Palabras clave:** “grandes proyectos”; Aracruz Celulosa; modernización; crisis; capital ficticio.

---

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7458-3988>. E-mail: [luizantoniogeografo@gmail.com](mailto:luizantoniogeografo@gmail.com)

## Introdução

Os chamados “grandes projetos” se tornaram uma designação comum, não só nas pesquisas acadêmicas (BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; MOTA, 2002; ROCHA & MORANDI, [1991] 2012), mas também nos diagnósticos, planos e documentos produzidos pelas autarquias ligadas ao planejamento econômico do Espírito Santo. Atravessando diversos campos disciplinares (a exemplo da Economia), essa literatura tem se preocupado, nos últimos 40 anos, em formular sua interpretação sobre o que caracterizaria a “formação econômica” (BITTENCOURT, 1987) espírito-santense e subsidiar as políticas de Estado voltadas a esse desígnio. Nessa literatura, é de praxe tratar os “grandes projetos” como sendo a efetiva realização de um “novo ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo”, mediante a “atuação decisiva” (BUFFON, 1992) dos governos federal e estadual a partir de fins da década de 1960 e, sobretudo, no decurso da década seguinte, com a implementação do II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND).

A denominação “grandes projetos”, ainda segundo essa literatura, serve para nomear as grandes plantas industriais que, valendo-se de “vantagens locacionais” (MOTA, 2002) derivadas da presença do porto de Tubarão e da antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e também de condições políticas favoráveis na esteira da ditadura civil-militar (MOTA, 2002), instalaram-se no Espírito Santo – na Região Metropolitana de Vitória e no seu entorno imediato. Os “grandes projetos” centraram-se na indústria extrativa mineral<sup>2</sup>, mas abarcaram a siderurgia, com a implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, em 1983, e os setores naval, com o terminal do corredor de transportes para exportação; abarcaram também os setores turístico e paraquímico, representado pelo projeto da Aracruz Celulose, que entraria em operação em 1978.

Nas páginas que se seguem, nosso objetivo foi o de discutir os “grandes projetos” à luz do que compreendemos ter sido a integração brasileira e do Espírito Santo em particular ao processo de modernização retardatária<sup>3</sup> (KURZ, [1991] 1996), marcada por projetos industriais na periferia do mundo e na produção de infraestruturas físicas e sociais para lhes dar suporte. Ou seja: seguindo outro viés de abordagem, fizemos um exame crítico da literatura sobre a “formação econômica” do Espírito Santo, os “grandes projetos” e o estabelecimento do setor de papel e celulose (em específico, a Aracruz Celulose), tratando esses aspectos particulares na sua articulação com a totalidade concreta (SCHOLZ, 2009).

Balizado pelo objetivo acima mencionado, o presente ensaio está repertoriado em cinco momentos de análise, encadeados entre si.

1) Um breve apanhado das abordagens contidas em algumas das principais pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre a “formação econômica” do Espírito Santo e o arcabouço teórico e conceitual mobilizado para tratar dos “grandes projetos”. Veremos que, a partir desse arcabouço, os projetos industrializantes no Espírito Santo são explicados primordialmente como “tarefa de modernização” do estado, a qual teria sido coordenada por uma “inteligência política” estadual e nacional “comprometida com o progresso”.

2 Foram instaladas cinco usinas de pelotização de minério de ferro, as quais envolveram tanto investimentos estatais, como no caso da CVRD I, em 1969, e da CVRD II, em 1973, quanto estrangeiros, a exemplo da Itabrasco, em 1976, Nibrasco, em 1978, e da Hispanobras, em 1979 (respectivamente, investimentos de origem italiana, japonesa e espanhola).

3 De acordo do Kurz (1996), “...nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha que assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*...” (p.39, grifo do autor). Assim, o Estado atuaria decisivamente nos processos de valorização do valor, financiando diretamente setores econômicos chave, de modo a que estes pudessem alcançar os patamares de produtividade das empresas do centro do capitalismo.

2) A necessidade de confrontar a narrativa da “tarefa de modernização” com os processos reais que estavam ocorrendo globalmente e nas centralidades do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980, e que, afora suas especificidades, tornavam a periferia do mundo e o Brasil uma *forma de ser* da sua realização<sup>4</sup>. Nossa linha de raciocínio pressupôs que o processo de modernização, em seu caráter retardatário, revelava-se enquanto *crise fundamental do capital* desencadeada pela *dessubstancialização do valor*, em alusão à perda da capacidade do dinheiro de ser a expressão do valor e deste ser substancializado pelo trabalho (KURZ, [2012] 2014). Esse raciocínio nos conduziu a uma interpretação que pôs em relevo as causas subjacentes da crise e impôs que aclarássemos o contexto das décadas de 1970 e 1980 no mundo e no Brasil, caracterizadas pela profunda transformação dos processos produtivos e de trabalho, em suas dimensões tecnológica, científica e organizacional.

3) Uma rápida descrição do II PND, datado de 1974 e coordenado pelo Estado brasileiro, cujo fito era o de articular capitais privados nacionais e estrangeiros com o investimento estatal. Notaremos que, com a concomitante criação do Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), o setor homônimo foi um dos que receberam atenção especial do II PND.

4) Sugerimos que o fenômeno da implementação dos projetos previstos no II PND e do I PNPC possui uma diferença qualitativa no concernente ao seu financiamento, quando este é comparado ao seu *modus* na modernização brasileira de fins da primeira metade do século XX, apoiada em vultosos investimentos estatais garantidos por aportes de capital internacional. Além de viabilizados pela grande liquidez internacional presente na década de 1970, tais investimentos em uma periferia como a brasileira objetivavam reduzir o tempo de rotação dos capitais ociosos através da circulação monetária (ALFREDO, 2013). Nessa toada, argumentamos que tais capitais se direcionaram para essas espacialidades periféricas como *capital fictício* (MARX, [1894] 2017, L.III; KURZ, 2014), sob a forma de capital de empréstimo.

5) Ao final do texto, faremos algumas considerações sobre a necessidade de que a modernização retardatária brasileira seja submetida ao crivo da crítica negativa, em seu caráter de crítica às categorias que lhes são subjacentes.

## Os “grandes projetos” nas abordagens sobre a “formação econômica” do Espírito Santo

Não obstante as especificidades dos objetos de análise, diversas pesquisas que abordaram os “grandes projetos” no contexto da “formação econômica” do Espírito Santo interpretaram de maneira muito semelhante aquilo que consideravam ser a “realidade econômica em crise” e imediatamente anterior ao começo da “segunda fase do desenvolvimento recente” do estado (ROCHA & MORANDI, 2012), marcada pela instalação de grandes plantas industriais (BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; MOTA, 2002, 2012). Trata-se de um considerável acervo de pesquisas, decorrentes de ou que deram origem a vários estudos, diagnósticos, planos e documentos, os quais começaram a ser desenvolvidos nos anos 1970, mas que ganharam impulso nas três décadas seguintes no âmbito do Núcleo de Estudo e Pesquisa (NEP)<sup>5</sup>, ligado ao departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (DARÉ, 2010).

---

4 Na construção deste ensaio, tínhamos em conta que deveríamos assumir os riscos de fazer uma dedução lógica para o plano empírico das categorias socioeconômicas fundamentais e de sua crise. Ainda assim, nosso esforço foi o de tratar, de maneira parcial e inacabada, da particularidade do Espírito Santo em seu processo de modernização retardatária nos anos 1970 e 1980, e, a partir daí, de um setor específico como o de papel e celulose e a construção da Aracruz Celulose como formas de ser do movimento de formação e crise de tais categorias.

5 De acordo com Daré (2010): “O NEP foi criado em 1981, por meio de um convênio entre órgãos públicos locais. Faziam parte deste convênio a Coordenação de Planejamento Industrial do Espírito Santo (COPLAN-ES), representada pelo Instituto

Até pela notória influência das abordagens cepalinas, essas interpretações sobre a “formação econômica” do Espírito Santo procuraram descrever a estrutura de produção e de circulação internas ao estado e abordar o problema do seu “patamar de integração” ao mercado nacional, liderado pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Vários dos autores ligados ao NEP se formaram na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação de Wilson Cano e de seu núcleo próximo. Dentre outras preocupações teóricas, o professor e seu núcleo voltaram-se para o “...problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira” (CANO, 1977, p.19), em uma interpretação das “dinâmicas regionais” esteada nas “origens do processo de concentração industrial em São Paulo” e o seu papel “na dinâmica inter-regional” brasileira<sup>6</sup> (Idem, p.22).

Relativamente às pesquisas sobre o problema da “integração” do Espírito Santo, seus fatores correlatos são identificados como a “baixa diversificação” e o “baixo dinamismo” (MOTA, 2012; BUFFON, 1992) econômicos do estado, agravados pela carência de reinvestimentos de parte dos lucros auferidos com o café em atividades econômicas intensivas em capital. Isso se explicaria, segundo tais análises, pela preponderância das pequenas propriedades organizadas em unidades produtivas familiares e no trabalho de parceria; igualmente, pela baixa produtividade média dos cafezais, motivada pelo atraso tecnológico da produção, além da precariedade da estrutura produtiva e da falta de um mercado de trabalho diversificado que fomentassem a integração econômica estadual (BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; ROCHA & MORANDI, 2012).

Os limites do “modelo agrícola” da cafeicultura espírito-santense também teriam contribuído para torná-la inviável tanto pela conjuntura de baixa dos preços do café, em meados dos anos 1950 (adentrando a década seguinte), quanto devido ao “esgotamento da fronteira agrícola” (BUFFON, 1992), posto que tal atividade se baseava na abertura de novas terras e não na “intensificação produtiva” nas áreas até então disponíveis para o plantio. Ademais, escreve Mota (2002), o “baixo dinamismo” da cafeicultura entravava a “formação de excedentes”, os quais, a exemplo do que ocorrera no estado de São Paulo, permitiriam, ao lado do “salto para a industrialização estadual”, uma “diversificação produtiva” mediante a “criação de comércio, bancos e serviços” (p.18).

Esse quadro geral da conjuntura espírito-santense dos anos 1960, abre caminho para que tais abordagens passem à descrição do que chamaram de “mudanças estruturais” pelas quais a economia estadual viria a passar. Rocha & Morandi (2012), por exemplo, tratam da passagem do denominado “primeiro ciclo”, “centrado na cafeicultura” e cujo crescimento fora capitaneado pelo “capital local de pequeno porte”, para um “segundo ciclo”, conduzido “pelo grande capital” e calcado na “...diversificação econômica e [na] modernização capitalista...” (p.114). Mota (2002), por seu turno, assinala que essa “passagem” de um “ciclo” para outro fora impulsionada, do “ponto de vista econômico”, pela inauguração do porto de Tubarão, em 1966, permitindo que a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pudesse ampliar suas atividades, e pela “política de erradicação de cafezais

---

Jones dos Santos Neves (IJSN), o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através da Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) (...). Durante a década de 1980, o NEP constituiu-se num campo de produção intelectual dedicado ao estudo da história, do desenvolvimento e do planejamento econômico do Espírito Santo” (p.99).

<sup>6</sup> Por força da exiguidade de espaço, trazemos aqui apenas o cerne da abordagem de Wilson Cano (1977) na obra citada. Para o autor, a nascente indústria paulista, embora “subordinada pelo capital cafeeiro”, dele teria se beneficiado duplamente: 1) com a imigração estrangeira e a instituição do regime de trabalho livre, cujos baixos salários permitiram a absorção da força de trabalho pela indústria e o desenvolvimento de uma economia urbana a partir de 1880; 2) com a criação de um amplo mercado para produtos industriais e de consumo corrente, contribuindo para a abertura de frentes de investimento tanto na agricultura mercantil quanto na indústria, no comércio e nas finanças. Esse conjunto de condições, segundo Cano, teriam feito de São Paulo uma região “dinâmica” e “integrada”, “ao contrário” do que estaria ocorrendo no restante do Brasil no início do século XX.

improdutivos", implementada em duas fases (respectivamente, entre julho de 1962 e julho de 1966, e agosto de 1966 e maio de 1967) (ROCHA & MORANDI, 2012).

No concernente a essa política, formulada e implementada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), através do seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), Buffon (1992) a considerou importante para a emergência do "quadro urbano/industrial", pois, sem ela, o colapso da "...agricultura familiar teria se verificado de forma mais lenta do que o observado..." (p.347), e assim inibiria a expansão da indústria no Espírito Santo. Bem ao gosto do autor, essa política do IBC-GERCA liberou vastas áreas anteriormente plantadas com café e possibilitou a sua incorporação e concentração em atividades ligadas aos "grandes projetos", a exemplo da silvicultura voltada à produção de matéria-prima para a indústria da celulose. Ao mesmo tempo, tornou-se inviável para um grande número de famílias agricultoras continuar nas áreas desapropriadas, acelerando sua mobilização como força de trabalho a ser explorada nas novas atividades econômicas que se constituíam no estado.

Em todas as análises em apreço, a afirmação normalmente feita sobre os "limites do modelo agrícola" da cafeicultura espírito-santense carrega no seu bojo os pressupostos lógico-formais sobre quais elementos seriam imprescindíveis à "integração" do estado à "dinâmica econômica" brasileira. Tais pressupostos também tratam como *natural* a presença das formas mercadoria e dinheiro, trabalho e valor, abdicando de ver historicidade na formação dessas categorias socioeconômicas fundamentais para consagrá-las como formas autoexplicativas. Assim sendo, a particularidade espírito-santense é descrita nessas análises segundo os "níveis de dinamismo" e "diversificação econômicos", a presença ou a ausência de excedentes, etc., significando, pois, um "quadro evolutivo" das categorias a que fizemos referência. Resulta daí a constatação, feita pelos autores, de que os processos de produção, circulação e consumo dos produtos agrícolas (notadamente o café) nas áreas estudadas já não se coadunavam à "tarefa" *positiva* de modernizar o Espírito Santo.

Ciosos dessa "tarefa", gestar-se-iam, nos anos 1940, "interesses urbanos" (MOTA, 2012) que se consolidariam nas três décadas seguintes, fortalecendo "propostas industrializantes" contrapostas àquelas da "...tradicional elite agrária que dominara o Executivo estadual desde a República Velha" (MOTA, 2012, p.44) e que intentavam "...participar do movimento mais geral da economia brasileira" (Idem, p.45). Buffon (1992) afirma que essa contraposição se fez pela "...firme atuação das elites locais, através do setor público..." (p.346), a qual encontraria eco nas gestões dos governadores biônicos Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1970), Arthur Carlos Gehrardt Santos (1971-1974), Élcio Álvares (1975-1978) e Eurico Rezende (1979-1982).

Para os autores da "formação econômica" do Espírito Santo, modernizar o estado demandava a atuação de uma "inteligência política" local, projetada nas gestões aludidas e nas Federações do Comércio (Fecomércio) e da Indústria (Findes) do Espírito Santo, criadas, respectivamente, em 1954 e 1958. Essa estratégia seria possibilitada pelo espaço que as "políticas regionais", voltadas aos projetos e investimentos industriais, adquiriram na agenda federal desse período (MOTA, 2012; BITTENCOURT, 1987; ROCHA & MORANDI, 2012). A partir do Conselho Técnico da Findes, instituído em 1959, essa entidade e os grupos político-empresariais a ela ligados, através dos estudos ali desenvolvidos, puderam reivindicar junto ao governo federal a execução de ações que fizessem valer seus interesses, como a que propiciou a criação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), via Decreto-Lei 880, de 1969<sup>7</sup> (MOTA, 2002).

---

7 De acordo com Mota (2012), o Decreto conferia "...aos contribuintes domiciliados no Espírito Santo o direito de aplicar as deduções do Imposto de Renda (IR) – direito previsto nos Decretos-Lei 221 (pesca), 55 (turismo) e 157 (compra de ações) – a empreendimentos agrícolas e industriais localizados no estado" (p.59), o que o tornaria mais restrito na sua capacidade de captar recursos, visto que ela não ultrapassava as divisas estaduais. Ademais, ressalta o autor, muitas das grandes

O FUNRES, salientam Rocha e Morandi (2012), tornar-se-ia o principal resultado das articulações que levaram anteriormente à criação do Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), o qual, em paralelo com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) – responsável pela gestão financeira do Fundo –, coordenaria a política industrial para o Espírito Santo<sup>8</sup>. Entretanto, segundo Mota (2002), havia lacunas nesse Sistema, o que deu ensejo às reivindicações políticas para uma maior participação do Espírito Santo nos programas federais de incentivo, como o II PND, e a conseqüente atração dos “grandes projetos” para o estado<sup>9</sup>.

Mota (2002) atribui à não percepção da importância dos “instrumentos locais de planejamento” e de fomento do Sistema GERES/BANDES os “baixos efeitos de encadeamento” dos investimentos dos “grandes projetos” com a “estrutura local” (p.57). Isso teria causado uma “...fratura na orientação da política industrial emergente...”, pois os instrumentos locais de planejamento não teriam “...influência sobre as possíveis instalações de grande porte” (Idem, p.57). A naturalização das aludidas categorias socioeconômicas fundamentais da socialização capitalista vem então acompanhada da crença de que haveria uma racionalidade política capaz de dar o devido redirecionamento aos investimentos nos “grandes projetos”, em consonância com a “política industrial” local e com o “interesse público”. Porquanto naturaliza tais categorias, o autor deduz logicamente um modelo pré-concebido de “integração” do estado às políticas nacionais, abstendo-se de problematizar os fenômenos daí derivados em suas conexões com a totalidade concreta, e como esta, ao revés, atravessa as dinâmicas locais e põe e dispõe sobre elas. Esse será o tema da nossa próxima seção.

### Da ascensão ao fim das expansões interna e externa do capital – ou a criação de capital fictício como forma de ser da crise fundamental do capital dos anos 1970

Em um plano mais genérico, a elaboração teórica de Cano (1977), ao expor a “questão regional” e tratá-la na perspectiva dos “desequilíbrios regionais”, indicando realidades duais, isto é, marcadas pelo conflito entre o “atrasado” e o “moderno”, aduz sobre a necessidade de uma “integração” que possa mitigar esse “atraso”. Não notamos no autor a intenção de interrogar o caráter negativo das categorias socioeconômicas fundamentais, seja na sua subjetivação – e como consciência – ou enquanto processos concretos de territorialização do capital na particularidade brasileira. No tocante às pesquisas acerca da “formação econômica” do Espírito Santo, as abordagens da “questão regional” e da “integração” pouco diferem do referido escopo, reforçando os mesmos problemas relativos aos “grandes projetos”, sem perceber o papel do capital fictício na sua constituição e, portanto, sem reconhecê-los teoricamente como formas de ser da crise fundamental do capital.

Afora a referência a um tempo histórico em que a expansão do crédito não havia se manifestado nas qualidades do dinheiro sobre as quais falaremos a seguir, é relevante trazermos a abordagem de Marx (2017), no Livro III d’*O capital*, em seu capítulo 25, atinente ao conceito de capital fictício. Antes, no capítulo 21, Marx trata do capital portador de juros – capital de empréstimo –, uma forma de ser do dinheiro que lhe dá a aparência de um “valor que se valoriza a si mesmo” (p.385). O acesso a esse capital de empréstimo permite ao capitalista realizar investimentos produtivos, tendo

---

empresas do Espírito Santo foram nos anos 1970 financiadas pelo Fundo, o que demonstra sua importância naquele momento.

8 Através do Sistema GERES/BANDES foram direcionados recursos para os setores “tradicionais” (de produtos alimentares e minerais não metálicos, principalmente), além da Metalurgia e Papel e Papelão.

9 Argumentava-se que a limitação dos recursos do sistema de fomento estadual, cujas restrições faziam dele suficiente para financiar investimentos de pequeno e médio porte em âmbito local, colocava restrições aos projetos que pudessem garantir a “diversificação da estrutura urbano-industrial capixaba...” (MOTA, 2002, p.56)

que repassar uma dada fração do seu lucro, sob a forma de juros (ou preço do capital), a quem lhe emprestou.

Esse possuidor e prestamista de dinheiro parece obter seus ganhos sem que tenha que empregá-lo como capital para investimentos produtivos e sem a necessidade de passar pela trajetória entre as etapas de produção e realização do mais-valor, a partir do processo de circulação das mercadorias nos mercados<sup>10</sup>. Essa suposta propriedade do dinheiro recebe atenção diferente no capítulo 25, sob a denominação de capital fictício. A generalização e o aprofundamento das relações de produção e troca de mercadorias no âmbito do processo de valorização, “...amplia, generaliza e aperfeiçoa essa base natural-espontânea do sistema de crédito” (MARX, 2017, p.451).

O sistema de crédito assume para Marx (2017) duas funções distintas. Na primeira, a venda de determinada matéria-prima pelo seu produtor, em vez de ser concluída por meio de pagamento em dinheiro daquele comerciante que a adquire, envolve uma “promessa escrita de pagamento” – uma letra de câmbio – a ser descontada em um banco<sup>11</sup> no seu vencimento. Após essa operação, a letra passaria “...a funcionar plenamente como dinheiro [sob a forma de crédito], uma vez que não precisa[ria] se converter finalmente em dinheiro” (Idem, p.451), permitindo igualmente a aceleração da circulação das mercadorias. Em sua segunda função, o crédito, obtido junto aos bancos, funcionaria como capital e preencheria a lacuna deixada pela insuficiência dos recursos líquidos disponíveis para um capital individual alocar investimentos produtivos.

Entre a época dos escritos de Marx, passando pela primeira metade do século XX e chegando ao início dos anos 1970, o sistema de crédito deixou de ser um expediente complementar aos investimentos e se tornou determinante na sua efetivação. No limite, essa determinação deriva de um processo fundamental: o *descolamento* sem precedente entre a produção do valor, cuja substância é o trabalho abstrato e se representa nas mercadorias, e a qualidade do dinheiro a expressar esse valor – uma mercadoria dinheiro que, historicamente, deixou de representar tal substância (KURZ, 2014). A manifestação desse descolamento se apresenta nas tentativas dos diferentes capitais individuais em lidar com o problema da queda da taxa de lucro. Porém, tem-se aqui uma cura pelo veneno: tais tentativas conduzem ao descolamento como uma consequência de longo prazo, na medida em que a concorrência coage os capitais individuais a aumentarem sua composição orgânica com o recurso ao emprego de tecnologias, cientifização e racionalização da produção de mercadorias.

Numa perspectiva lógica, há uma necessidade imanente, posta aos diferentes capitais individuais, para que façam investimentos contínuos e crescentes em capital constante, de modo a aumentar a produtividade do trabalho. Essa ação resulta na economia com a utilização absoluta de trabalho vivo no processo produtivo, conduzindo a um menor dispêndio de tempo de trabalho socialmente necessário nele empregado. Aumentar a força produtiva de um capital individual significa, ao mesmo tempo, reduzir tanto os custos gerais de produção quanto os custos unitários de produto, reverberando no aumento da quantidade material de mercadorias.

Esse movimento conduziu historicamente àquilo que Marx (1998), no capítulo 10 do Livro I d’*O capital*, chamou de produção de mais-valor relativo. O aumento dos níveis de produtividade permitiu o incremento da extração de mais-valor através da ampliação do tempo de trabalho excedente por cada unidade de força de trabalho, tornando possível reduzir seus custos de reprodução e baratear

---

10 De acordo com Marx (2017), o prestamista do dinheiro “...não o desembolsa na compra da mercadoria ou, caso a soma de valor exista como mercadoria, não a vende por dinheiro, mas a adianta na forma de capital, como D-D’, isto é, como valor que retorna a seu ponto de partida ao fim de um prazo determinado” (p.397).

11 Marx (2017) põe em relevo o fortalecimento do papel dos bancos em meados do século XIX, porquanto o capital de empréstimo flui em direção a eles e a partir deles passa a circular. E isso, tanto porque o capital monetário se concentra nas mãos dos bancos – advindo dos depósitos feitos por seus clientes –, quanto pelo fato de que esse capital, agora voltado para empréstimos, origina-se com base em tais depósitos (p.454-459).

os produtos do seu consumo, sem reduzir seus salários reais e sem a necessidade de prolongar sua jornada de trabalho.

Coagidos pela concorrência, acossados pelas estruturas abstratas e impessoais que os fazem agir segundo “seus próprios interesses” e mobilizar estratégias para reduzir custos, inovar e, portanto, tentar se apossar da maior parcela possível da massa social do valor e do mais-valor, os diferentes capitais individuais, mediante a ação de suas personificações (os proprietários de cada capital) vão contribuindo para paulatinamente solapar a substância do valor. O aumento da composição orgânica do capital, ao mesmo tempo que reduz a proporção dos investimentos na aquisição de força de trabalho, aumenta os investimentos em capital constante. As ações “conscientes” dessas personificações, quando observadas no plano global das relações fetichistas, correspondem àquilo que, na aparência, seria o infinito revolucionamento, por parte do capital, das suas condições de produção (KURZ, 2014, 2019).

A história e a geografia dos diferentes lugares e regiões mundo nos últimos 200 anos é a história da expansão global da relação do capital, a qual, dado o caráter imanente e processual das suas contradições internas, operou como formação do que Kurz (2014) chamou de “mecanismo de compensação”. A eclosão da Primeira e, duas décadas mais tarde, da Segunda Guerra Mundial, revelar-se-ão as catapultadoras dessa expansão através dos diferentes capitais individuais, os quais, para garantir a produção de mais-valor relativo e lucro, teriam que recorrer ao crédito. Ainda assim, o apogeu dessa expansão seria alcançado no transcurso dos 30 anos seguintes com o *boom* fordista, momento em que o sistema de crédito também viveria uma forte disseminação.

Acrescente-se que a expansão global da relação do capital recorreu à imprescindível ampliação da presença do Estado na reprodução social, o que demandou um robusto alargamento dos seus gastos (KURZ, 2019). Novas e volumosas frentes de investimento estatal para a produção de infraestruturas físicas e sociais foram criadas, porquanto possibilitaram, no decorrer daqueles 30 anos, uma contínua ampliação das taxas de investimento privado combinada ao surgimento de novos setores produtivos nos países centrais, intensivos em capital constante.

Junto a esses processos em curso, a expansão e a autonomização do crédito estatal foi crescendo ininterruptamente, reverberando no progressivo descolamento entre as finanças públicas e as receitas advindas de impostos e obrigações diversas, precisamente porque essas receitas haviam se tornado insuficientes para garantir a efetivação das tarefas do Estado<sup>12</sup>. Tal fenômeno foi deixando de se restringir a momentos específicos e fugazes do financiamento público para se firmar como sua tônica, visto que, de um lado, o mecanismo de compensação do capitalismo cada vez mais se alimentava de crédito estatal; e, de outro lado, dele dependia a modernização e o conjunto da reprodução social mediada pela forma mercadoria e pelo dinheiro (KURZ, 2019)<sup>13</sup>.

Esse movimento desembocou em problemas que se agravaram no decurso dos anos 1970, quando veio à tona a profunda debilidade dos arcabouços econômicos, técnico-produtivos, políticos e institucionais que serviram de pilares ao *boom* fordista dos 30 anos anteriores. Isso ocorreu porque as várias modalidades de tecnificação, cientificação e racionalização impuseram de tal maneira a

---

12 De acordo com Kurz (2019), até fins da Primeira Guerra Mundial, a atuação do Estado na reprodução social demandava volumes de recursos monetários que em boa medida ainda eram financiados através de impostos recolhidos das populações e empresas. Some-se a isso, o fato de que o dinheiro em circulação ainda era uma representação de valor cujo lastro se encontrava em metais preciosos (notadamente o ouro).

13 “Em um nível elevado de cientificação e de intensificação do capital, as despesas gerais e as condições infraestruturais do processo de criação do valor começam a sufocar a própria criação do valor, o que se torna evidente numa paradoxal inversão da relação entre Estado e sociedade: já não é a sociedade que nutre o Estado, para que este cuide dos ‘assuntos gerais’, mas pelo contrário, é o Estado que deve alimentar a sociedade com o ‘capital fictício’, para que esta possa manter-se na sua forma tornada obsoleta de sistema produtor de mercadorias” (KURZ, 2019, p.75).

redução da força de trabalho nos processos produtivos que tornou sem efeito o mecanismo de compensação frente à intensa queda do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria. A intensificação do trabalho e o aumento da massa de mais-valor, levados às últimas consequências ao longo do *boom* fordista e combinados à expansão geográfica dos mercados, já não eram mais capazes de se contrapor à queda da taxa de lucro. No limite, assiste-se, na passagem para os anos 1980, a um movimento inverso: a redução da massa de mais-valor (e do lucro) e o solapamento da substância do valor do conjunto do capital (KURZ, 2014).

Desde então, as tentativas de se responder a tais problemas têm se apoiado na criação de capital fictício, posto que o limite interno à expansão global do capital havia sido alcançado e tornavam contraproducentes – porque pouco rentáveis – os investimentos em força de trabalho, automação e demais meios para a produção material. Esse fenômeno revela-se como resultado, mas também a causa de diversos graus de intensidade da desvalorização da força de trabalho (redução de salários e\ou desemprego), desvalorização do capital constante (verificada com o encerramento de lugares da produção) e desvalorização das mercadorias (que não conseguem ser vendidas) (KURZ, 2014). Colocado o problema diante do qual a reprodução do capital se punha na época histórica em relevo, o capital fictício se inscreveria como forma de ser e determinação crítica dessa reprodução. E a “industrialização da periferia”, via “internacionalização da produção” (PAULANI, 2008), é um importante fenômeno de superfície ligado à determinação crítica para a qual estamos chamando a atenção<sup>14</sup>.

O cenário de liquidez (crédito barato) no transcurso da década de 1970 daria ensejo à ampliação do circuito financeiro internacional, em meio às tensões provocadas pelo primeiro choque do petróleo. Essa liquidez, decorrente da reciclagem privada dos petrodólares nos bancos ingleses e estadunidenses, desdobrou-se na proliferação de operações de empréstimo e depósitos que, de acordo com Belluzzo (2012), fugiam ao controle dos bancos centrais. Em um primeiro momento, tais operações pareceram bloquear o agravamento da crise, na medida em que os projetos de industrialização periférica avançaram e se aprofundaram. Porém, essas operações de empréstimo foram lançando empresas e bancos estatais em um tipo de endividamento que, além de crescente, efetuou-se, na esteira daquela década, sob condições desfavoráveis em termos de taxas de juros, dada a enorme necessidade de crédito por parte dos governos que controlavam tais empresas e bancos (BELLUZZO, 2012). Vejamos a seguir como esse tipo de endividamento financiou a modernização brasileira, o aprofundamento da industrialização e o setor de papel e celulose.

### O setor de papel e celulose brasileiro e a construção da Aracruz Celulose no âmbito do II PND por meio da criação de capital fictício

Remontam a fins dos anos 1950 as tentativas de se ampliar a produção de celulose no Brasil utilizando matérias-primas que não proviessem do bagaço de cana, bambu e da bucha de sisal. Estas, além de apresentarem custos de produção mais altos, geravam volumes que mal atendiam o mercado interno, advindos de fábricas de pequeno e médio porte que enfrentavam muitas dificuldades técnicas (BNDES, 1991). Esses fatores deixavam a produção brasileira de celulose

---

14 Para autores como Paulani (2008), a “esfera financeira” deveria ser interpretada como um novo “padrão de acumulação”, diante do qual uma parcela considerável e crescente das transações financeiras globais não possuiriam “...nenhuma contrapartida no nível real da economia” (p.87). Ademais, tal esfera financeira “...alimenta-se da riqueza criada pelo investimento na produção e pela mobilização de nova força de trabalho” (Idem, p.87). Para uma crítica consistente a essa e outras posições semelhantes, ver Pitta (2020).

bastante aquém das possibilidades de disputar os mercados exteriores com os países escandinavos e da América do Norte (EUA e Canadá), os grandes produtores mundiais (BNDES, 1991).

Na década de 1960 começam a proliferar os estudos com o objetivo de viabilizar a produção de celulose de fibra curta a partir da madeira do eucalipto, espécie vegetal passível de ter custos menores e maior produtividade. Contribuíam para essa proliferação as expectativas quanto à expansão da demanda mundial por celulose em ritmo maior do que sua oferta, como apontado por um estudo da Agência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), de 1967. Esse cenário, baseado na suposição de que a produtividade cresce para satisfazer mercados cuja demanda avança *ad infinitum*, movimentou a corrida para identificar regiões com condições de clima, relevo e solo propícias ao plantio do eucalipto (PEREIRA, 1996).

Paralelamente, na virada da década de 1960 para a seguinte, as legislações ambientais em alguns países que eram tradicionais produtores da celulose tornavam mais altos seus custos de produção, levando ao aprofundamento da concorrência dentro do setor a nível mundial e, por conseguinte, à sua expressiva reestruturação. Esta última seria levada a efeito pelas principais empresas do setor via expedientes como fusões e aquisições, além das transferências geográficas da produção e uma nova divisão técnica do trabalho, com os países centrais passando a produzir o papel a partir da importação da celulose dos produtores dos países periféricos.

Nessa toada, em 1974 foi apresentado o II PND, um programa de investimentos e estímulos econômicos coordenado pelo Estado brasileiro e que articulou capitais privados nacionais e estrangeiros com o investimento estatal. As motivações alegadas pelos formuladores do II PND eram priorizar a “substituição de importações”, expandir as exportações dos setores que possuíssem “vantagens comparativas nítidas” e fossem “dinâmicos” no “mercado internacional” (BRASIL, 1974, p.65), a exemplo dos “...manufaturados e produtos primários não tradicionais (agrícolas e minerais)” (Idem, p.24)<sup>15</sup>. Ademais, o II PND propunha investimentos vultosos em infraestruturas físicas e sociais que propiciassem a “descentralização industrial” e atenuassem os “...desníveis regionais de desenvolvimento industrial...”, associado à “...preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração” (Idem, p.40).

O setor de papel e celulose foi um dos que receberam atenção especial, porquanto atendia às diretrizes do II PND<sup>16</sup> e, segundo confirmação do diagnóstico elaborado pelo BNDES em 1966-67 e atualizado em 1974, revelava condições propícias à sua inserção em um mercado mundial de celulose que passava por dificuldades de oferta. A aposta brasileira, pressionada pela necessidade de garantir superávits comerciais, apoiava-se na inserção e na futura prevalência da indústria de celulose de fibra curta nos mercados que a comercializavam, pois haviam sido identificados custos de produção abaixo da média no setor. Concomitantemente, foi criado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC). Sua proposição ocorreu a reboque do II PND e tinha por objetivo central “...preparar o País, no médio prazo, para alcançar produção interna de papéis suficiente para o seu auto-abastecimento...” (CDE, 1974, p.09); no concernente à celulose, o I PNPC visava “...garantir o suprimento interno e gerar excedentes exportáveis ao nível de, pelo menos, 2 milhões de toneladas em 1980”<sup>17</sup> (Idem, p.09).

15 Cabe acrescentar outros propósitos considerados importantes pelo II PND, como a redução da dependência do petróleo importado e a promoção da capacitação científica e tecnológica.

16 Nossa reflexão e a opção por trazer o setor de papel e celulose deve parte de sua inspiração às abordagens de Pitta (2011) e Pitta, Toledo e Boechat (2016), nessas e em outras pesquisas sobre o setor sucroalcooleiro paulista e o Proálcool (1975-1990). Esse programa federal foi parte do processo de modernização retardatária capitaneado pelo Estado nos anos 1970 e 1980, provocando profundas transformações na reprodução capitalista no campo brasileiro.

17 O I PNPC trabalhava com metas de produção baseadas na proposta de aumentar, tanto para o mercado interno quanto para o externo (em proporções semelhantes), a produção de celulose em 4,5 vezes até o ano de 1980 e em cerca de 11

Para viabilizar a expansão desse e de outros setores elencados pelo II PND, o BNDES, desde meados da década de 1960 e no transcurso da década seguinte, além de agente financiador, atuou como planejador e indutor de investimentos (BNDES, 1991). No início de 1974, foi criado um Plano de Ação do BNDES com período de vigência entre aquele ano e o de 1978, cuja estratégia inicial era injetar recursos do PIS-PASEP no Banco para que este financiasse, através de crédito subsidiado e de participações societárias, investimentos em projetos ligados à grande indústria de exportação. Desde então, diversos pleitos foram feitos ao BNDES por empresas que desejavam se constituir ou já haviam se constituído e pretendiam modernizar suas instalações e expandir sua produção de papel e, sobretudo, de celulose (BNDES, 1991).

O volume de investimentos fixos a ser direcionado ao setor como um todo, divididos entre a ampliação ou construção de novas plantas industriais e os reflorestamentos, seria muito elevado, estando na casa de US\$ 1,5 bilhão, além de US\$ 720 milhões adicionais em caso de cumprimento dos objetivos de exportação por parte das empresas participantes (JORGE, 1992). Em relação ao volume de produção a ser carregado para os mercados externos, havia uma meta de longo prazo que estipulava aumentar o "...excedente exportável até alcançar cerca de 20 milhões de toneladas, em quantidades crescentes a partir de 1983, o que implicaria investimentos globais da ordem de US\$ 17 bilhões"<sup>18</sup> (JORGE, 1992, p.52).

Para garantir tal volume de produção, o I PNPC definiu a necessidade de pelo menos 4 milhões de hectares de florestas plantadas em áreas contínuas, de fácil aquisição e que fossem próximas aos locais onde seriam implantadas as novas fábricas de celulose, de modo a suprir a necessidade de matéria-prima do setor, "reduzir custos" e dar "viabilidade técnica" ao plantio (JORGE, 1992). A magnitude das áreas reflorestadas ia de par com os "critérios operacionais" observados nos projetos elegíveis à instalação de novas fábricas, os quais diziam respeito à "...redução de custos unitários, maior eficiência da produção e introdução de técnicas de administração e de gestão mais modernas" (BNDES, 1991, p.10).

Seguindo essas diretrizes definidas pelo BNDES, fora aprovado, em 1974, o projeto da Aracruz Celulose, um dos carros-chefe do II PND na viabilização dos "grandes projetos" no Espírito Santo. Essa trajetória teve seu início em 1967, quando foi criada a Aracruz Florestal S/A<sup>19</sup>, cujo propósito era atuar na prestação de serviços em manejo de florestas e reflorestamento à base de eucalipto nos moldes da lei nº 5106/66<sup>20</sup>, que previa benefícios fiscais para tal. Em consonância com essa lei e com as recomendações do I PNPC para incentivar a liberação de reservas florestais sob a égide de indústrias siderúrgicas e conceder linhas de crédito para a conversão dos altos-fornos à base de carvão vegetal para aqueles alimentados por coque metalúrgico (JUVENAL & MATTOS, 2002), a Aracruz Florestal S/A recebeu, em 1967, por ordem do governador Christiano Dias Lopes, dez mil hectares de terras anteriormente destinadas à Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi).

---

vezes em 1985, em comparação com o ano de 1973, representando, respectivamente, dois milhões e cinco milhões de toneladas do produto. Segundo Jorge (1992), essa tonelagem em 1985 representaria para o Brasil a "...participação de 2,7% no mercado mundial, e um aumento de cinco milhões de toneladas a cada cinco anos até o ano 2000. Isto significaria um aumento na participação do País para 6.2% do mercado mundial, no final do século [XX]" (p.55).

<sup>18</sup> Em um período de cerca de vinte anos, os formuladores do I PNPC esperavam obter receitas acumuladas de exportação da ordem de US\$ 51 bilhões.

<sup>19</sup> A Aracruz Florestal S/A possuía participação acionária de dez empresários e da Ecotec – Economia e Engenharia Industrial (BNDES, 1991).

<sup>20</sup> Essa lei dispunha sobre a implementação de uma política de incentivos fiscais que garantia a dedução de Imposto de Renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal (IBDF). Formava-se aí o lastro jurídico para o que viria a ser uma forte expansão das florestas plantadas com espécies exóticas no Brasil (eucalipto e pinus), não raro sobre áreas ocupadas por famílias posseiras e por populações tradicionais como quilombolas e indígenas do norte do Espírito Santo.

Também em 1967 foi publicado o estudo intitulado *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo*, elaborado pela empresa Ecotec, financiado com recursos concedidos pelo IBC-GERCA e sob a orientação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES) (DARÉ, 2010). Esse estudo identificou condições que, à época, tornar-se-iam decisivas para que a região de Aracruz abrigasse florestas de eucalipto e seguisse com o projeto de uma grande planta industrial para a produção de celulose. Uma das principais condições, segundo o estudo, dizia respeito à “presença de atividades econômicas inexpressivas” em terras “livres”, “baratas” e “disponíveis”, as quais poderiam compor florestas de eucalipto de rápido crescimento e menor idade para o corte (PEREIRA, 1996). Outra condição apontada pelo estudo era que a região de Aracruz possuía “condições logísticas adequadas”, com a “presença de acesso viário rápido” até Vitória e a “proximidade com o mar”, o que possibilitaria a “construção de um porto” para exportação da produção de celulose.

Os benefícios originados dos governos federal e estadual e o estudo citado ajudaram a engendrar a corrida pela aquisição de terras na região de Aracruz e em vastas áreas do norte do Espírito Santo, com o intuito de mobilizá-las para os projetos de reflorestamento. A nova configuração da propriedade que se territorializava nessas áreas em grandes porções, ao passo que se estruturava junto à forma social do trabalho e organizava a aplicação de capital na terra, expropriava com violência os grupos indígenas, quilombolas e de famílias posseiras pré-existentes. Com isso, essa nova configuração da propriedade desconsiderava os modos de vida desses diferentes grupos e a maneira pela qual produziam seus meios de vida, como faziam uso da terra e dos bens naturais disponíveis (LOUREIRO, 2006).

Estados nessa razão abstrata que faz tábula rasa dessas formas particulares de ser e de viver, os passos seguintes do projeto da Aracruz Celulose ocorreram entre os anos de 1969 e 1971 e foram marcados, respectivamente, pelo início e pela conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômica realizados por empresas estrangeiras ligadas ao setor de papel e celulose<sup>21</sup>. O fato é que esses passos até a aprovação do projeto, em 1974, mostravam-se difíceis de serem dados sozinhos, pois se estava diante de uma magnitude dos investimentos necessários à construção da planta industrial que tornava limitado o acesso às linhas de crédito<sup>22</sup>. E tais limitações impunham outras, como uma escala de produção que permitisse acessar canais de comercialização restritos, próprios de um mercado altamente oligopolizado (PEREIRA, 1996).

Face às dificuldades de realizar alavancagem própria, o projeto da Aracruz Celulose acabaria, a partir de 1975, recebendo investimentos da ordem de US\$ 400 milhões vindos do BNDES, na esteira do II PND. Seguindo as recomendações do I PNPC para a ampliação do setor, as medidas tomadas pelo Banco possibilitaram a instalação de uma fábrica com capacidade de produção acima de mil toneladas/dia de celulose branqueada de fibra curta. O referido montante de investimentos representava uma participação inicial de 55,2% no investimento total, “...entre o financiamento do Fundo de Reaparelhamento Econômico (FRE), a concessão de aval e o financiamento da Finame [Agência Especial de Financiamento Industrial] para aquisição de equipamentos nacionais” (Juvenal & Mattos, 2002, p.63). O acordo com o Banco também previa avais a empréstimos externos ou a captação pelo órgão e o repasse subsidiado à empresa, financiamentos para a importação de capital

---

21 Dentre as empresas envolvidas nos referidos estudos estavam a Sandwell (canadense), Billerud, atual Sódka Kopparberg (sueca), e Jaakko Poyry (filandesa) (BNDES, 1991).

22 Segundo Pereira (1996), a primeira tentativa dos grupos empresariais “...foi um empréstimo externo da International Finance Corporation (IFC), instituição ligada ao Banco Mundial, que não logrou sucesso” (p.129).

fixo<sup>23</sup>, subsídios às exportações e a sua participação societária<sup>24</sup> (e de suas subsidiárias) na composição da empresa (PEREIRA, 1996).

Concomitante à conclusão da fábrica, em 1978, e ao seu funcionamento em novembro daquele mesmo ano<sup>25</sup>, com a produção direcionada à exportação, havia preocupações com a demanda por matéria-prima. O atendimento a essa necessidade ocorreu por meio da expansão das reservas florestais de eucalipto, combinada ao aumento da produtividade por hectare. Para dar vazão a essa necessidade, foram igualmente expressivos os subsídios do BNDES voltados à melhoria dos resultados técnicos e econômicos do reflorestamento, com o recurso ao aprimoramento genético de espécies e de técnicas de manejo florestal (JUVENAL & MATTOS, 2002).

A dependência da vasta gama de créditos e subsídios pelas empresas do setor de papel e celulose – e de outros setores alavancados dentro da mesma proposta – no Brasil foi um desdobramento do processo de centralização e de concentração do capital (MARX, 1998, L.I, V.II) pelo qual passaram. Tal dependência se inscrevia na aquisição de novas dívidas para rolar dívidas antigas e financiar os custos prévios de elevação da composição orgânica do capital, dado o imperativo de se aumentar sua capacidade produtiva<sup>26</sup>. Assim sendo, não bastavam as “vantagens comparativas nítidas” das quais, em tese, dispunham as grandes empresas de papel e celulose brasileiras. Seu efeito ocorria à base desses créditos e subsídios, pois, sem eles, estariam fadadas à aniquilação frente a uma concorrência no mercado mundial cuja determinação se define pelos níveis máximos de produtividade (KURZ, 2019), os quais, no setor de papel e celulose, à época funcionavam em consonância com os padrões das empresas escandinavas e norte-americanas.

A concorrência, por repor a contradição em processo desdobrada na particularidade do setor de papel e celulose, qual seja, a dessubstancialização do dinheiro como derivação da redução da massa de valor devido à expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, leva à queda da taxa de lucro no setor em questão<sup>27</sup>. Na senda aberta nos mercados internacionais à celulose brasileira, impunha-se às grandes plantas industriais em operação durante os anos 1980 que a tecnificação, cientifização e racionalização dos seus processos produtivos deveriam ser os mais modernos e necessitariam ser renovados com frequência. Essas transformações dos processos produtivos, assim como seus expressivos custos, iam repondo-se no ritmo do avanço da celulose brasileira sobre seus concorrentes nos anos 1990, exigindo, resalte-se, novos créditos e subsídios estatais.

Conforme indicamos anteriormente, as operações de crédito contratadas por empresas e bancos estatais após 1975 foram lançando esses órgãos em uma espiral de crescente

---

23 Embora houvesse linhas de crédito como as da Finame, que incentivavam a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, em fins dos anos 1970 não existia uma produção nacional desses bens de capital apropriada ao volume a ser produzido pela Aracruz Celulose, levando-a a fazer tais aquisições no exterior.

24 Ao longo das fases de implantação do projeto, o BNDE “...concedeu novas colaborações financeiras, em várias modalidades, tendo adquirido 40,89% do capital votante e 33,32% do capital total” (JUVENAL & MATOS, 2002, p.64). Ademais, em sua composição acionária a Aracruz Celulose tinha outros sócios, como a Souza Cruz Indústria e Comércio, os grupos Lorentzen, Moreira Sales, Billerud, dentre outros minoritários.

25 A Aracruz Celulose S/A se tornou a controladora de outras empresas, como a Arco (Aracruz Corretora de Seguros S.A.), a Arpa (Aracruz Participações Ltda.), o porto de exportação Portocel (Terminal Especializado da Barra do Riacho S.A.), a Arflo (Aracruz Florestal S.A.) e a Mucuri Agro-Florestal S.A (BNDES, 1991).

26 Segundo SILVA (1994), ao longo da década de 1980, o BNDES precisou continuar financiando as grandes empresas de papel e celulose, pois, “...com a elevação das escalas de produção, altos investimentos tornaram-se necessários...” (p.10). E, quando se observa a participação das empresas e grupos empresariais que são mutuários do BNDES, estes produziram 67,81% da celulose e 43,71% do papel brasileiros daquela década.

27 Embora o ritmo da redução do trabalho vivo nos processos produtivos do setor de papel e celulose nos anos 1980 tenha sido menor do que na década seguinte, apresentando oscilações para cima em alguns anos e em algumas regiões do mundo, o fato é que sua queda vem ocorrendo continuamente, ao passo que a capacidade de produção do setor aumentou sobremaneira no transcorrer de todo esse período. A esse respeito, ver Daura (2004, p.148-169).

endividamento. Além disso, essas operações se realizavam a taxas de juros que, embora baixas durante a década de 1970 e justificadas sob a compatibilidade de seus prazos e custos com os fluxos financeiros das empresas e bancos estatais, sofreram um forte aumento em 1979 nos EUA, com a justificativa de controle doméstico da inflação, mas, que, em verdade, serviu para que a moeda estadunidense recuperasse sua condição de reserva e também seu papel nas transações comerciais e financeiras internacionais (BELLUZZO, 2012). O aumento dos juros conduziu às desvalorizações violentas do câmbio e à crise das dívidas em economias periféricas como a brasileira, agravando-se com o segundo choque do petróleo, também em 1979.

Por conseguinte, a alavancagem financeira feita pelo Estado, que, ao financiar os projetos do II PND, era repassada na forma de fundos em moeda local e assim cumpria o papel de entrada de dólares através da conta de mercadorias e serviços, passou a lidar com uma série de problemas que avançaram pela década de 1980. A crise cambial do período, por exemplo, fazia aumentar as dificuldades das empresas estatais para contrair créditos junto aos bancos estrangeiros, tornando seus prazos e custos cada vez mais desfavoráveis, ainda que essa contratação tenha sido a forma encontrada pelo governo brasileiro para financiar os desequilíbrios no balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, em função da semelhante dificuldade encontrada pelas empresas brasileiras em contrair crédito e assim rolar suas dívidas anteriores, parcelas crescentes do seu estoque foram sendo absorvidas – estatizadas, portanto – pelo Banco Central brasileiro (CRUZ, 1995).

Assim, a partir de 1983, o Brasil se veria obrigado a gerar expressivos superávits comerciais para, por um lado, importar petróleo a preços majorados, e, por outro, remeter sua receita líquida ao exterior, de modo a garantir a remuneração dos credores via juros e amortizações do serviço da dívida externa (CRUZ, 1995). Tais superávits, obtidos com as exportações de manufaturados e de semielaborados (como a celulose branqueada de fibra curta), foram fruto de incentivos que variavam de créditos subsidiados, passavam pela redução\eliminação de tributos incidentes e a redução de tarifas (energia, por exemplo), e chegavam aos diversos incentivos financeiros às exportações.

### Considerações finais

No percurso do presente ensaio, sugerimos ser pouco promissora a reflexão sobre a particularidade espírito-santense dos anos 1970 e 1980 que desconsidera tanto suas conexões internas quanto sua relação com a totalidade concreta e em processo. Assim, diferentemente de positivar essa modernização catapultada pelos “grandes projetos”, tratando-a como concretização garantida por uma “inteligência política” estadual “comprometida com o progresso” e capaz de enxergar o que se passava nacionalmente, torna-se preciso compreendê-la em seu caráter *negativo*. Vale, porém, sublinhar que não estamos remetendo à identificação de uma “modernização conservadora” ou “autoritária”, tal qual formulado por alguns dos intérpretes da “formação econômica” do Espírito Santo – o que reafirmaria sua *positivação* –, e sim que sua essência é violenta, porquanto se realiza como reposição das categorias socioeconômicas que lhe fornecem sentido.

Com os “grandes projetos”, essa violência atravessou a vida dos povos indígenas, quilombolas e posseiros, diretamente atingidos pelas expropriações consoantes à territorialização do capital, em seus processos de abstração do tempo, a partir do trabalho e da produção de mercadorias, e do espaço – com a propriedade tipicamente capitalista e os critérios de produtividade estabelecidos na e pela silvicultura, desde a instalação da Aracruz Florestal. Paralelamente, essa violência é inerente à reprodução da forma social, cuja crise fundamental, a partir dos anos 1970, revelou-se no limite histórico absoluto da valorização do valor e na dessubstancialização do dinheiro, na medida em que a redução absoluta do trabalho vivo nos processos produtivos ficava patente. Assim, a expansão do

capital fictício se tornaria o resultado da dessubstancialização do dinheiro, ao mesmo tempo que passava a ser a sua determinação.

Buscamos as derivações particulares da reprodução da forma social nos anos 1970 nos “grandes projetos” e, especificamente, na Aracruz Celulose, cujo projeto integrava as proposições do II PND para tornar o setor de papel e celulose capaz de fazer frente à concorrência internacional, o que exigia uma volumosa mobilização de investimentos. E tal mobilização se inviabilizaria sem acesso ao crédito subsidiado e demais benesses estatais possibilitadas pelo endividamento externo e depois interno. Esses fenômenos, longe de resultarem de um processo de “valorização financeira”, como entende Paulani (2008), ou do que seria, no Espírito Santo do começo dos anos 1990, uma “mudança de ênfase” da economia “produtiva” para um “rentismo” que colocaria em segundo plano a “esfera produtiva”, nos termos de Mota (2002), são repercussões da crise fundamental do capital (KURZ, 2014; PITTA, 2020).

Embora nas pesquisas com as quais tivemos contato essas transformações na estrutura produtiva do Espírito Santo tenham sido percebidas, com afirmações de que a década de 1960 marcou o deslocamento do epicentro da acumulação capitalista estadual para a indústria, deslocamento esse orquestrado pelo planejamento regional e apoiado pelas “elites políticas” urbanas locais, afirma-se também a necessidade de se ampliar a integração do estado a essa dinâmica de acumulação vista como nacional. Em meio a essa positivação, faz-se menção às pressões internacionais pela atualização das relações de produção e de troca capitalistas e à exigência dos padrões mundiais de produtividade, menção essa feita para dizer que tais fenômenos, ao aprofundarem a modernização espírito-santense, continham aspectos “não desejados” que precisariam ser devidamente restringidos.

Com isso, a “crítica” desses autores põe acento na “pouca integração” dos “grandes projetos” com os negócios locais (MOTA, 2002), ou no aumento da “pobreza urbana” decorrente do “êxodo rural” (BITTENCOURT, 1987) causado pela falta de semelhante “integração” dos “grandes projetos” com a produção agrícola familiar. Dada a ausência de uma leitura que integre esses fenômenos e processos particulares a uma teoria da crise fundamental do capital, as pesquisas sobre a “formação econômica” do Espírito Santo vislumbram “alternativas” circunscritas à percepção do Estado como agente político e “técnico”; um agente que, através de um planejamento regional “racional”, “neutro” e “objetivo”, engendraria os arranjos políticos e institucionais necessários ao “desenvolvimento” econômico e social do estado.

Portanto, a narrativa acerca da “formação econômica” do Espírito Santo repõe, ainda que de forma inadvertida – em suas elaborações teóricas e pesquisas correspondentes –, a violência imanente à reprodução da forma social e suas consequências humanas atroz. E não será como mais “modernização” que iremos superar os fundamentos dessa violência, tanto no pensamento quanto na práxis.

## Referências

- ALFREDO, A. (2013) *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*. São Paulo: Annablume, Fapesp. 432p.
- BELLUZZO, L. G. (2012) *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp. 186p.
- BITTENCOURT, G. A. M. (1987) *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura. 302p.
- BNDES. (1991) A participação do Sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil. Rio de Janeiro: DERIN/BNDES. 111p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13824>>. Acessado em: 7 ago. 2020.
- BRASIL. (1974) II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975–79). Brasília: Imprensa Oficial, 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)>. Acessado em: 5 ago. 2020.
- BUFFON, J. A. (1992) O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 386f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285347>>. Acessado em: 14 jul. 2020.
- CANO, W. (1977) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel. 266p.
- CDE. (1974) I Programa Nacional de Papel e Celulose. Rio de Janeiro: Editora IBGE. 56p.
- CRUZ, P. R. D. C. (1995) Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 121-144.
- DARÉ, R. (2010) A "crise" do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_4209\\_Raquel.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4209_Raquel.pdf)>. Acessado em: 16 jul. 2020.
- DAURA, S. P. (2004) Análise do setor de celulose e papel na era da globalização: um olhar sobre sua produção e mão-de-obra. 227f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/88797>>. Acessado em: 25 jul. 2020.
- JORGE, M. O. M. (1992) Emergência e consolidação do "padrão eucalipto" na indústria brasileira de celulose de mercado. 180f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285781/1/Jorge\\_MauricioOtavioMendonca\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285781/1/Jorge_MauricioOtavioMendonca_M.pdf)>. Acessado em: 25 jul. 2020.
- JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. (2002) O setor de celulose e papel. In: *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais*. SÃO PAULO, E. M.; KALACHE FILHO, J. (orgs.). Rio de Janeiro: BNDES. p.49-76. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12975?mode=full>>. Acessado em: 20 jul. 2020.
- KURZ, R. ([1991] 1996) *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 244p.
- \_\_\_\_\_. ([2012] 2014) *Dinheiro sem valor*. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona. 382p.

- \_\_\_\_\_. (2019) A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. *Geografares*, Vitória, n. 28, p. 55-115. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>>. Acessado em: 01 ago. 2020.
- LOUREIRO, K. (2006) O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967–1983). 172f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.
- MARX, K. ([1867] 1998) *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, V.1; V.2. 937p.
- \_\_\_\_\_. ([1894] 2017) *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, Livro III. 980p.
- MOTA, F. C. M. (2002) Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000). 175f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286339>>. Acessado em: 27 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. (2012) O papel do FUNRES na transição da economia capixaba. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v.15, n. 1, p.39-70.
- PAULANI, L. (2008) *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo editorial. 150p.
- PEREIRA, G. H. (1996) Política industrial, instituições locais e desenvolvimento regional. O caso do Espírito Santo. 270f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- PITTA, F. (2011) Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2020) O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Sinal de Menos*, São Paulo, v.1, n.14, p. 38-146, 2020.
- PITTA, F. T.; TOLEDO, C. A.; BOECHAT, C. A. (2016) A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990). *Revista Continentes*, Seropédica, n. 9, p.25-56. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/103>>. Acessado em: 06 ago. 2020.
- ROCHA, H. C. MORANDI, A. ([1991] 2012) *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 173p.
- SCHOLZ, R. (2009) Forma social e totalidade concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz12.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm)>. Acessado em: 27 jul. 2020.
- SILVA, E. P. (1994) Análise econômico-financeira do setor de papel e celulose 1983-89: comparação do desempenho das empresas com a rentabilidade de suas ações em Bolsa. 85f. Dissertação (Mestrado em Economia). Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/98>>. Acessado em: 16 jul. 2020.